

PROMOVER O REINGRESSO DE ALUNOS NOS CURSOS PROFISSIONAIS: ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO E POSSIBILIDADES PARA REFLEXÃO

Catarina Mangas¹, Sara Lopes², Sandrina Milhano³ e Carla Freire⁴

^{1,2} ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria – iACT, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal. catarina.mangas@ipleiria.pt, sara.lopes@ipleiria.pt

^{3,4} ESECS, CI&DEI, CICS.NOVA.IPLeiria, Politécnico de Leiria, Portugal. sandrina.milhano@ipleiria.pt; carla.freire@ipleiria.pt

Resumo. O abandono escolar precoce, mais expressivo nos últimos anos da escolaridade obrigatória, é um dos desafios das agendas políticas europeias, afetando a inclusão educacional e a vida social e profissional do aluno. Este artigo expõe alguns resultados do projeto Europeu Orienta4YEL, nomeadamente os que decorrem do contexto português. Através de uma investigação qualitativa, procurou-se conhecer e interpretar o abandono escolar precoce e, em particular, as possibilidades de promoção do reingresso de jovens que frequentam cursos profissionais. Os dados foram recolhidos através de entrevistas, individuais e grupais, realizadas em sete escolas. As entrevistas individuais foram aplicadas aos elementos dos órgãos diretivos, e os grupos focais a 42 professores e 68 alunos. Através da análise de conteúdo, os resultados evidenciam a existência de fatores de ordem estrutural, institucional, social, familiar e pessoal que podem estimular o desejo dos jovens reingressarem no ensino. Das perspetivas dos participantes, destaca-se o papel atribuído à prevenção do abandono escolar precoce, a necessidade de adaptar os percursos formativos de acordo com as especificidades e necessidades dos ex-alunos, promover uma maior aproximação à escola através de diálogo e apoio individualizado e fomentar o envolvimento da família no processo de tomada de decisão de retorno dos jovens à vida escolar.

Palavras-chave: Projeto Orienta4YEL; Abandono Escolar Precoce; Reingresso Escolar; Ensino Profissional; Estratégias.

PROMOTE THE REENGAGEMENT OF STUDENTS IN PROFESSIONAL COURSES: STRATEGIES AND POSSIBILITIES FOR REFLECTION

Abstract. Early school leaving, more expressive in the last years of compulsory education, is one of the challenges of European political agendas, affecting the educational inclusion and the social and professional life of the student. This article exposes some results of the European project Orienta4YEL, namely those arising from the Portuguese context. Through a qualitative investigation, we sought to know and interpret early school leaving and, in particular, the possibilities of promoting the re-engagement of young people who attend professional courses. Data were collected through individual and group interviews, carried out in seven schools. Individual interviews were applied to the members of the school boards and administration members, and the focus groups to 42 teachers and 68 students. Through content analysis, the results show the existence of structural, institutional, social, family, and personal factors that can stimulate the desire of young people to return to education. Participants' perspectives highlight the role attributed to the prevention of early school leaving, the need to adapt training paths according to the specificities and needs of young people, the promotion of a closer approach to school through dialogue and individualized support and encourage the involvement of the family in the decision-making process of returning young people to school.

Keywords: Orienta4YEL Project; Early School Leaving; School Reengagement; Professional Courses; Strategies.

1. INTRODUÇÃO

A forma como está organizada a sociedade pós-moderna não pode ser caracterizada descurando a expansão da chamada ‘escola de massas’ que justificou o surgimento dos sistemas escolares que ainda hoje subsistem. A possibilidade de todos acederem à formação escolar e o aumento da idade ou qualificação exigida aos jovens criou um conjunto de oportunidades mas também uma série de novos desafios que geram efeitos inequívocos no planeamento e implementação das ações educativas.

Em Portugal, foi a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986 (Lei n. 46/86, de 14 de outubro), que trouxe à discussão a necessidade de assegurar o acesso à escola e o alargamento da escolaridade obrigatória que, através da publicação da Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, passou a incluir os alunos com idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos ou aqueles que obtenham o diploma que assegure a conclusão do nível secundário.

A referida Lei, aplicada a partir de 2012, preconiza que os alunos passem por três ciclos correspondentes ao Ensino Básico e culminem no Ensino Secundário/Ensino Profissional, equivalente ao 12º ano de escolaridade, o que nem sempre se verifica, reflexo do abandono escolar precoce que, no ano de 2016 registou uma percentagem de 14% (European Commission, 2017). Na Agenda 2020, Portugal assumiu o compromisso de, até ao final desta década, diminuir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10% (PNR, 2019).

Esta preocupação não é exclusiva de Portugal, sendo o abandono escolar considerado pela União Europeia como um grande desafio político por afetar, não só a inclusão educacional, mas a vida social e profissional do aluno (European Commission, 2019).

Perante esta constatação e a necessidade de compreender melhor este fenómeno, foi criado um projeto de investigação, num consórcio entre a Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha), entidade promotora, o Politécnico de Leiria (Portugal), a Universidade de Bath (Reino Unido), a Universidade de Bucarest (Roménia) e a Universidade de Bremen (Alemanha). O Orienta4YEL decorre ao longo de três anos (2019-2021) e pretende apoiar agentes escolares, através de mecanismos de orientação e ações tutoriais, na prevenção do risco de abandono escolar precoce, promovendo, assim, a inclusão social e educacional. Pelo seu interesse e atualidade, o projeto recebe financiamento europeu, através do

Erasmus +, Programa da União Europeia, com a referência 604501-EPP-1-2018-1-ES-EPPKA3-IPI-SOC-IN. Para o efeito inclui oito fases/atividades:

- 1) Work Package 1: *Management activities*, inclui reuniões para a definição de estratégias e tarefas a realizar por cada parceiro, registadas num documento inicial (Project handbock), diversos relatórios de progresso e uma página web do projeto (<https://www.orienta4yel.eu>);
- 2) Work Package 2: *Monitoring Early Leaving*, através de instrumentos de recolha de dados pretende-se analisar os cinco contextos educativos das instituições parceiras, no que diz respeito aos fatores de risco e estratégias de prevenção e reingresso associadas ao abandono escolar precoce, que resulta num relatório de diagnóstico por território;
- 3) Work Package 3: *Orientation and tutorial action proposal*, assume o propósito de criar um plano de ações tutoriais e de orientação, um banco de recursos e uma plataforma de aprendizagem a disponibilizar aos agentes educativos;
- 4) Work Package 4: *Implementation of the proposal*, assegura a formação contínua dos agentes educativos no sentido de poderem aplicar as ações tutoriais e de orientação definidas no WP3, apoiadas pelas instituições de Ensino Superior;
- 5) Work Package 5: *Evaluation of the proposal*, analisa a eficácia das ações implementadas junto dos parceiros educativos, que ficará registada em relatórios de monitorização;
- 6) Work Package 6: *Dissemination & Communication*, pretende organizar diversas ações nos cinco países envolvidos no projeto e divulgar os seus principais resultados em eventos e publicações científicas nacionais e internacionais;
- 7) Work Package 7: *Exploitation*, reúne, num relatório final, a descrição de todo o processo de implementação do projeto;
- 8) Work Package 8: *Quality plan*, tem o intuito de realizar uma avaliação interna e externa do projeto, de forma a assegurar que as diversas fases inicialmente estipuladas são cumpridas, averiguando a necessidade de eventuais ajustes e alterações.

O presente artigo tem o intuito de expor alguns resultados do Work Package 2 (Monitoring Early Leaving), nomeadamente os que decorrem do contexto português, e que se centram na recolha e análise das perspetivas de jovens, professores e membros das direções de escolas sobre as estratégias que consideram mais relevantes para promover o reingresso dos alunos que abandonaram precocemente o ensino profissional.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A educação é um direito fundamental consagrado em diversos documentos orientadores nacionais e internacionais, tais como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos – Artigo 26º* (Organização das Nações Unidas, 1948), a *Declaração dos Direitos da Criança – Princípio 7º* (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1959), a *Constituição da República Portuguesa - Artigo 73º* (Diário da República nº 86/1976), a *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - Artigo 14º* (2000), entre muitos outros.

Apesar de ter sido um direito conquistado e generalizado ao longo do século XX, não tem sido usufruído por todas as crianças e jovens que, por uma panóplia de razões, abandonam a escola antes do momento expectável.

O abandono escolar precoce tem sido reconhecido como um dos grandes desafios que os países europeus têm para ultrapassar. Considera a Comissão Europeia (2011) que as consequências do abandono escolar precoce se repercutem durante a vida dos indivíduos, contribuindo para reduzir as oportunidades de participação na sociedade, nas suas diversas dimensões (culturais, económicas, políticas, sociais...), potenciando o risco de desemprego, de pobreza, exclusão social, afetando os rendimentos económicos, a sua saúde e bem-estar.

Os fatores associados ao abandono escolar precoce remetem para três grandes aspetos: de natureza interna que aponta a incapacidade das escolas para promoverem uma educação inclusiva, designadamente dos jovens que crescem em famílias desestruturadas (Van Alphen, 2012); de natureza externa, questões socioeconómicas, de género, culturais ou de classe social (Vallejo & Dooly, 2013) e aspetos que se relacionam com os decisores políticos ao não contemplarem a opinião dos jovens (Downes, 2013) na elaboração de medidas políticas acerca do problema.

A importância para as qualificações como motor para o desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos tem sido um aspeto bastas vezes referido na literatura (Ryan, Lőrinc, D'Angelo, Kaye, Araújo, Magalhães, Rocha, & Macedo, 2013, 2015; Van Caudenberg, Van Praag, Nouwen, Clycq, & Timmerman, 2017) e em relatórios dos organismos europeus (COM, 2010) que têm procurado aumentar a percentagem de indivíduos com percursos escolares mais longos e completos. Evidencia-se a importância que a qualificação assume

na vida dos jovens, para que participem na sociedade cada vez mais competitiva, tecnológica, incerta em que o conhecimento se assume como valor central.

A importância da qualificação torna as taxas de abandono escolar precoce na União Europeia preocupantes, embora se reconheça que Portugal tem feito um esforço para a sua redução. A informação estatística mais recente (Pordata, 2020; PNR, 2019) dá conta da aproximação à meta de 10%, traçada no âmbito da Estratégia da Europa 2020, fixando-se em 2018 nos 11, 8%, quase metade da percentagem verificada em 2014 (23%).

Como estratégias para a redução do abandono escolar, Portugal: fixou o ensino secundário (12º ano) como o nível mínimo obrigatório de qualificação; incentivou à formação contínua de professores; criou o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) (Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016), que confere autonomia às escolas para, a um nível micro, desenharem ações estratégicas para solucionar problemas de aprendizagem, de inclusão social, entre outras, que se verifiquem nos territórios educativos. Simultaneamente, aumentou a oferta ao nível do ensino secundário, diversificando as vias profissionalizantes através da definição das redes de oferta de cursos profissionais, da rede de cursos de educação e formação de jovens e a aprovação da rede dos cursos profissionais; ao nível do ensino profissional, de salientar também, entre outras, a criação do Sistema Nacional de Créditos do Ensino e Formação Profissional e a implementação do sistema de certificação e qualidade do ensino profissional (PNR, 2019).

Como salientado por Magalhães, Araújo, Macedo e Rocha (2015), o conjunto destas políticas assumiram três grandes objetivos: a inclusão social, a qualidade do ensino e a qualificação para o mercado de trabalho, com ênfase sobretudo nesta última.

Estas medidas preconizam, essencialmente, estratégias ao nível da prevenção do abandono escolar precoce e intervenção em casos de elevado risco de abandono que, sendo particularmente relevantes, não podem ignorar as políticas globais de compensação preconizadas pela União Europeia. “As medidas de compensação garantem oportunidades de ensino e formação aos alunos que já abandonaram a escola. Podem consistir em apoios financeiros ou outros tipos de apoio. Têm como objectivo facilitar o regresso dos jovens no ensino regular ou proporcionar-lhes uma «segunda oportunidade»” (Comissão Europeia, 2011, p. 9).

Segundo a Comissão Europeia, estas medidas devem incluir, entre outras ações, metodologias pedagógicas mais ativas e personalizadas, formas de aconselhamento alternativas, mecanismos de apoio e abordagens flexíveis ajustadas às necessidades dos jovens.

3. METODOLOGIA

3.1 Questão e objetivos de investigação

O estado da arte anteriormente apresentado permite perceber que, apesar das grandes mudanças registadas ao longo das últimas décadas, o abandono escolar precoce continua a ser um fenómeno com grande expressividade em Portugal, quando comparado com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE (2014), sendo esta realidade mais expressiva nos últimos anos da escolaridade obrigatória. Neste sentido, o projeto Orienta4YEL foi criado com o intuito de desenvolver, implementar e avaliar métodos e práticas inovadoras focadas em mecanismos de orientação e ação tutorial que promovam a educação inclusiva de jovens, que estão em risco de abandono precoce. Este artigo pretende apresentar, de forma particular, uma componente específica do projeto, que diz respeito à análise da perceção dos elementos da comunidade educativa sobre eventuais possibilidades de reingresso escolar dos jovens. Neste sentido foi estabelecida a seguinte questão de investigação: “Como promover o reingresso de alunos que abandonaram os cursos profissionais?”. A esta questão está associado o objetivo de identificar estratégias e mecanismos de apoio ao reingresso de alunos que abandonaram precocemente o ensino profissional, de forma a contribuir para a definição de políticas e práticas inovadoras de combate ao abandono e de promoção do sucesso escolar.

3.2 Tipo de estudo

Para responder à questão de investigação e atingir os objetivos definidos, é necessário identificar o tipo de estudo que se pretende desenvolver, a partir dos conhecimentos existentes sobre a realidade a investigar. Tendo em conta as circunstâncias descritas anteriormente, considera-se que esta é uma investigação qualitativa, já que este tipo de metodologia não experimental visa compreender em profundidade um tema ou fenómeno social (Edmonds & Kennedy, 2017). Os autores mencionados, destacam, ainda, que o uso de estratégias qualitativas permite explorar o ‘como’ e o ‘porquê’ de determinados comportamentos humanos, nos seus ambientes naturais, sem manipulação ou controlo.

Nos estudos qualitativos, é comum o recurso à voz dos participantes, que permite a análise aprofundada das suas perspetivas (Clark & Creswell, 2015), o que teve lugar no estudo realizado, procurando-se conhecer e interpretar, de forma holística, o abandono escolar precoce e, em particular, as possibilidades de promoção do reingresso de jovens que frequentam cursos profissionais. Este fenómeno, sendo pouco estudado em Portugal, permite reconhecer este estudo como exploratório (Lune & Berg, 2017) e, ainda, descritivo, na medida em que os dados recolhidos pretendem originar narrativas detalhadas do fenómeno em análise, relativo a uma população particular que vivencia situações em contexto real (Fortin, 2009).

3.3 Cenário de investigação e participantes do estudo

A investigação foi realizada nos cinco países europeus envolvidos no projeto Orienta4YEL (Alemanha, Espanha, Portugal, Reino Unido e Roménia), tendo cada parceiro a possibilidade de escolher a tipologia de instituições de ensino, cursos e alunos a estudar, de acordo com os objetivos definidos, as necessidades específicas do seu contexto e os interesses da equipa de investigação. No caso português, estando o Politécnico de Leiria na sub-região NUT II e NUT III, e por uma questão de conveniência, foram contactadas escolas desta área geográfica, tendo-se optado por incluir instituições que oferecem cursos profissionais, por serem as que, vulgarmente, são menos estudadas. Estes cursos incluem uma formação tecnológica e prática que visa responder a projetos locais, regionais e nacionais de promoção do emprego e desenvolvimento económico (Lei nº 55/2018, 6 de julho), estando organizados de acordo com um currículo modular, que permite a obtenção de dupla certificação, que corresponde ao ensino secundário e ao nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (2011).

Nos dez municípios da região de Leiria, foram identificadas vinte e três escolas com cursos profissionais, tendo todas elas sido contactadas via email e telefone, afim de averiguar a disponibilidade e interesse em participar no projeto. Por diversas razões, acederam ao pedido da equipa de investigação sete escolas, sendo 5 escolas secundárias (E1, E2, E4, E6, E7) e 2 escolas profissionais (E3 e E5) localizadas em quatro município da região de Leiria: Leiria (E1 e E2), Batalha (E7), Marinha Grande (E3), Pombal (E4, E5) e Porto de Mós (E6).

Foi solicitada a colaboração dos/as diretores/as da Escola/Agrupamento de Escolas, no sentido de auxiliarem o processo de seleção dos participantes, tendo em conta o universo de 58 elementos da direção, 211 professores e 1331 alunos que frequentam, nas sete escolas, cursos profissionais. Esta seleção teve como critério base a identificação das pessoas que melhor conheciam as instituições, o ensino profissional e os alunos, de forma a estarem mais familiarizados com a questão do abandono escolar precoce. Neste sentido, foi selecionado um representante dos órgãos diretivos de cada uma das escolas, os professores com cargos de direção de turma ou coordenação de curso e os delegados ou representantes das turmas ou outros alunos que melhor conhecessem a temática e que tivessem entre 12 e 21 anos.

O número de participantes pode ser observado na tabela 1:

Tabela 1. Número de participantes no estudo por tipologia

Código da escola	Membros da direção	Professores	Alunos
E1	1	3	4
E2	1	4	8
E3	1	6	15
E4	1	4	11
E5	1	8	10
E6	1	11	15
E7	1	6	5
TOTAL	7	42	68

3.3 Instrumentos, técnicas e procedimentos de recolha de dados

Para a recolha de dados, os estudos qualitativos recorrem, geralmente, à análise de documentos, a narrativas que decorrem frequentemente de processos observacionais e a entrevistas e grupos focais, estando a escolha dependente dos objetivos inicialmente traçados (Bogdan & Biklen, 2013; Rowell, Bruce, Shosh, & Riel, 2017; Tuckman, 2000).

Nesta investigação, optou-se por aplicar entrevistas, individuais e em grupo, sendo as individuais aplicadas aos elementos dos órgãos diretivos das escolas, por ter sido selecionado apenas um elemento por instituição, e os grupos focais aos restantes participantes.

O inquérito por entrevista permite que o investigador tenha contacto direto com os participantes, coadjuvando a expressão oral “Através de perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da

investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (Quivy & Campenhoudt, 2018, p. 192).

Já o grupo focal, sendo também um inquérito por entrevista, tem como principal diferença o facto de pressupor um diálogo sistematizado e organizado entre os participantes o que potencia a reflexibilidade, tanto individual como mútua, através do contacto com a perspetiva do outro (Clark & Creswell, 2015; Kamberelis & Dimitriadus, 2011). “This technique is most useful for research involving beliefs, impressions, and emotional concerns, rather than, for example, opinions or actions” (Lune & Berg, 2017, p. 94).

Uma vez que os participantes que responderam ao grupo focal se poderiam organizar, claramente, em dois grupos, tendo em conta as funções e papéis assumidos na organização escolar (professores e alunos), o instrumento foi aplicado em dois momentos diferentes.

Para a realização das entrevistas utilizaram-se três guiões semiestruturados, construídos no âmbito do projeto Orienta4YEL, incluindo questões suficientemente abertas e abrangentes que permitissem a expansão do discurso dos participantes e tópicos orientadores que possibilitassem a realização de uma análise comparativa entre os diferentes contextos.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, procurando-se respeitar as marcas orais do discurso e codificar os participantes de forma a impedir a sua identificação. Neste sentido, a letra ‘E’ foi usada para fazer referência à escola, a letra ‘D’ para representar os membros da direção das instituições, o ‘P’ refere-se aos professores e o ‘A’ aos alunos, tendo-se posteriormente usado um número associado a cada elemento.

O texto obtido a partir da transcrição foi analisado através da técnica de análise de conteúdo.

3.4 Técnica de análise de dados: análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi a técnica escolhida para proceder ao tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas individuais e grupais, no sentido de permitir a sua organização e, por conseguinte, a obtenção de um significado (Cohen et al., 2007; Quivy & Campenhoudt, 2018). Partindo da questão de investigação e dos objetivos que sustentaram o estudo, foi possível identificar unidades relevantes, sintetizando, reduzindo e categorizando o texto inicialmente transcrito, de forma a interpretar objetivamente as perspetivas dos participantes (Bardin, 2016).

As categorias adotadas foram definidas a priori, com base no estado da arte sobre a temática, sendo iguais para todos os parceiros do Orienta4YEL, afim de ser possível realizar um cruzamento dos resultados obtidos nos vários países em que o projeto se encontra a ser implementado. Consideraram-se, como categorias, “riscos de abandono escolar precoce”, “estratégias de prevenção do risco de abandono escolar precoce” e “estratégias de reingresso”. Como subcategorias das três temáticas foram definidos os fatores institucionais, sociais, familiares e pessoais, tendo emergido dos dados recolhidos a necessidade de acrescentar uma quinta subcategoria que diz respeito aos fatores estruturais.

Para o efeito foi utilizado um software, por se considerar, tal como Costa e Amado (2018), que o uso deste tipo de ferramentas pode reforçar a qualidade da análise de conteúdo e potenciar resultados da investigação, pelo facto de tornar o processo mais objetivo e rigoroso e contribuir para o cruzamento de dados, mesmo em situações em que se está perante um vasto *corpus*. O software utilizado para auxiliar as investigadoras no processo de análise dos dados qualitativos foi o MAXQDA2018.

A partir da organização dos dados, foi possível realizar uma análise indutiva, que permitiu identificar padrões e relações entre as categorias (Edmonds & Kennedy, 2017).

Neste artigo consideram-se os resultados obtidos numa das três categorias de análise: “estratégias de reingresso”.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados recolhidos através das entrevistas individuais e grupais, evidenciam que os participantes consideram que a aposta das instituições escolares e do próprio Ministério da Educação, deve ser, acima de tudo, na prevenção do abandono escolar precoce, já que o reingresso de ex-alunos é bastante mais difícil de alcançar. Esta ideia é evidente nas palavras dos elementos das direções das escolas – “[...] se tiverem um ano sem estudar nós já não vamos conseguir coloca-los nestes cursos” (E7D), dos professores, diretores de turma ou coordenadores de cursos, que realçam ainda o facto de ser ainda mais complicado o reingresso a partir do momento em que completam os 18 anos, deixando a escolaridade de ser obrigatória – “[...] a partir dos 18 não há estratégia possível. Eles não querem, não querem.” (E2P2) e dos próprios alunos – “[...] acho que é muito difícil a partir do momento em que se começa a ganhar dinheiro e que se começa a trabalhar” (E4A1); “Não, a pessoa que mete aquilo na cabeça já ninguém tira aquela ideia da cabeça.” (E1A4).

Esta perspetiva está em consonância com o que é preconizado pela Comissão Europeia (2011, p. 9):

Todavia, alguns dados revelam que a prevenção do abandono escolar precoce alcança melhores resultados do que a compensação dos seus efeitos negativos. A experiência do fracasso, a falta de autoconfiança na aprendizagem e o agravamento dos problemas sociais, emocionais e educativos, após o abandono da escola, reduzem a probabilidade de estes jovens virem a obter uma qualificação e concluírem o ensino com êxito.

As estratégias a adotar para promover o reingresso dos jovens que abandonaram a escola antes do término do ensino profissional, ou seja, da frequência com sucesso de doze anos de escolaridade, foi analisada a partir de cinco subcategorias previamente indicadas, são elas: fatores estruturais, fatores institucionais, fatores sociais, fatores familiares e fatores pessoais. Estas temáticas serviram, também, de base à organização dos resultados que a seguir se apresentam.

4.1 Fatores estruturais

Os alunos, assim como os membros das direções das escolas e respetivos professores, reforçam a necessidade de o Ministério da Educação oferecer novos cursos – “Para motivar, nem que seja a abertura dos novos cursos” (E1A), não só através do aumento da abrangência das áreas científicas mas também pela adoção de diferentes tipologias de formação. Neste sentido, destacam o aumento da oferta de cursos noturnos (E6P, E4A), cursos de educação e formação de adultos (E7P) ou a mais valia de redirecionar os ex-alunos para os Centros Qualifica, criados pela Portaria nº 232/2016, sempre que os mesmos existam na instituição ou região (E1P, E5P, E3A) – “Tentámos logo dizer ‘vê ali no Qualifica, tentar fazer por idades, tentar fazer alguma formação’. Pronto, às vezes é essa via que se tenta porque eles abandonarem de todo e depois regressar para vir outra vez...” (E1P2).

Importa, no entanto, realçar que, em Portugal, o ensino profissional tem sido já associado a uma oferta de segunda oportunidade, quando não é possível prosseguir estudos pela via regular, particularmente para jovens oriundos de famílias com baixo capital cultural ou com histórico de reprovação escolar ao longo do ensino básico.

Não é referido, porém, pelos membros da comunidade educativa, o facto do reingresso no ensino regular necessitar de um período para a reintegração dos jovens que abandonaram a escolaridade, ou seja, uma fase de transição, já aplicada em países como a Eslovénia

(‘Projeto de Aprendizagem para Jovens Adultos’), a França (‘Classes de transição’) ou a Bélgica (‘Centros SAS’) em projetos que têm demonstrado ser uma mais valia para a recuperação gradual da confiança e das aprendizagens perdidas (Comissão Europeia, 2011), medida que poderia ser equacionada para o contexto português.

4.2 Fatores institucionais

Em relação às estratégias institucionais que contribuem para que os jovens que abandonaram a escolaridade antes do final do período obrigatório regressem às escolas, os membros das direções destacam a necessidade de adequação dos percursos formativos, devido às características e especificidades de cada aluno (E2D, E5D) e a eventual mudança de turma, que permita a inclusão de ex-alunos num novo grupo – “[...] só com a mudança de turma, o facto de o retirarmos daquele grupo, que era um grupo que nós já tínhamos assinalado que o estava a prejudicar, resultou.” (E3D).

Segundo os alunos, é importante que haja maior investimento escolar (E4A), redução da carga horária (E2A), adaptação dos currículos (E3A) e uma aposta forte em cursos mais práticos (E1A, E4A). A motivação e a conscientização dos ex-alunos são destacadas como fatores preponderantes que a escola deve considerar nas suas estratégias de reingresso (E7A).

Na verdade, sabe-se que “Atendendo aos problemas complexos e multifacetados dos grupos em causa, são necessários métodos pedagógicos e formas de aconselhamento alternativos para garantir a sua reintegração no ensino e formação.” (Comissão Europeia, 2011, p. 9).

4.3 Fatores sociais

As estratégias de reingresso, do ponto de vista social, são pouco focadas e centradas na perspetiva dos professores, que destacam apenas a influência dos pares – “[...] como ele já tinha sido nosso aluno, ele já conhecia os colegas, pronto, acho que foi aí, portanto partiu dele” (E4P4).

4.4 Fatores familiares

Do ponto de vista familiar, os professores destacam a necessidade de acompanhamento parental (E2P) e as experiências ou exemplos dos pais como fator motivador – “[...] pedimos

também que os pais sejam [o exemplo], e é uma estratégia também muito interessante que eu também já estudei e que sei que também resulta” (E7P2).

4.5 Fatores pessoais

O diálogo (E1P, E2P) e o contacto pessoal (E1D, E3D) com os jovens, nomeadamente através de um apoio direto e personalizado é, segundo os participantes, um fator a ter em conta (E4P, E2A, E4A), o que coincide com algumas diretrizes do Parlamento Europeu, que enunciam que “Um factor de sucesso é a criação de um ambiente de aprendizagem personalizado, com mecanismos de apoio adequados e abordagens flexíveis ajustadas às necessidades de cada jovem.” (Comissão Europeia, 2011, p. 9).

Os professores entrevistados destacam, como estratégias de reingresso na área pessoal, a importância dos jovens terem contacto com o mundo do trabalho, a fim de entenderem as dificuldades do quotidiano – “[...] o que um bom estágio faz, e é o que acontece no caso do abandono escolar e em que os alunos reingressam por recriação própria, o que acontece nisso é que eles percebem a função da formação, a importância da formação.” (E3P1).

Os alunos também evidenciam o facto de o afastamento da escola permitir que os ex-alunos compreendam e aprendam por si mesmos a utilidade da formação para a vida pessoal e profissional (E5A4).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou claro através dos resultados alcançados pelo estudo qualitativo, que vão ao encontro de outros realizados recentemente (Mateus, Pinho, & Amaral, 2018; Van Caudenberg, Van Praag, Nouwen, Clycq, & Timmerman, 2017; Nouwen, Clycq, Braspenning, & Timmerman, 2015), devem ser tidas em conta medidas de reingresso, a aplicar junto dos jovens que abandonaram precocemente o ensino profissional, apesar de se perspetivar como um processo que pode resultar como menos eficaz do que a prevenção.

Após o afastamento dos formandos há, no entanto, fatores de ordem estrutural, institucional, social, familiar e pessoal que, segundo os participantes, contribuem para fomentar o seu desejo de regressar aos bancos da escola.

As políticas educativas do país, que apelidámos de fatores estruturais, incluem a criação de novos cursos, não só em áreas diversificadas, mas também com formatos menos

tradicionais, adaptados às especificidades e necessidades dos jovens que deixaram de estudar e se podem encontrar, por exemplo, integrados no mercado de trabalho, carecendo de um ensino noturno. São, portanto, medidas abrangentes, que devem ter uma natureza intersectorial, tal como preconiza o Parlamento Europeu (Comissão Europeia, 2011).

Do ponto de vista institucional, importa que as escolas e os seus professores adaptem as metodologias de ensino, tornando-as mais práticas e flexíveis. Para isso é necessário um contato direto e pessoal com os jovens, nomeadamente através da disponibilização de apoio personalizado e ações de sensibilização que procurem evidenciar a utilidade da formação nos seus percursos de vida.

O envolvimento familiar é outro fator que desempenha um papel crucial na reaproximação dos jovens à vida escolar, pelo suporte que podem dar na tomada de decisões dos seus educandos. O exemplo dos pais parece, também, contribuir, para que os jovens conheçam experiências de vida reais e as respetivas exigências do mercado de trabalho.

Os aspetos sociais foram os menos destacados, sendo apenas referida no discurso dos participantes a influência dos pares, que pode ser benéfica ou prejudicial, pois estes evidenciam-se como tendo um grande peso na motivação dos alunos adolescentes.

Em síntese, o estudo reitera que, tal como defendido pelos Estados membros da União Europeia,

“O abandono escolar precoce não respeita apenas à educação; ao invés, as suas causas precisam de ser tratadas abrangendo uma diversidade de domínios políticos, como as questões sociais, a juventude, a família, a saúde, a comunidade local, o emprego e, também, a educação” (Comissão Europeia, 2011, s.p.),

pelo que é fundamental ter uma visão holística do processo de reintegração dos jovens no seu percurso escolar. Para o efeito, acredita-se que, em estudos futuros, se pudessem incluir outros participantes, por exemplo, os encarregados de educação, e diversificar as técnicas e instrumentos de recolha de dados, nomeadamente a realização de um inquérito por questionário que abrangesse um maior número de sujeitos e permitisse a triangulação dos dados.

Agradecimentos. Este trabalho é cofinanciado pelo Erasmus + Programa da União Europeia, com a referência 604501-EPP-1-2018-1-ES-EPPKA3-IP1-SOC-IN.



6. REFERÊNCIAS

- Assembleia Geral da Nações Unidas (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de novembro. Disponível em : https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Clark, V., & Creswell, J. (2015). *Understanding Research - A Consumer's Guide*. New Jersey: Pearson Education.
- COM (2010). *Communication from the Commission: EUROPE 2020 a strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=en>.
- Comissão Europeia (2011). Combater o abandono escolar precoce: Um contributo essencial para a Estratégia «Europa 2020». Bruxelas: *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011DC0018>
- Costa, A., & Amado, J. (2018). *Análise de conteúdo suportada por software*. Oliveira de Azeméis-Aveiro: Ludomedia.
- Downes, P. (2013). Developing a framework and agenda for students' voices in the school system across Europe: From diametric to concentric relational spaces for early school leaving prevention. *European Journal of Education*, 48, 346–362. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12035>.
- Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Constituição da República Portuguesa.
- Edmonds, W., & Kennedy, T. (2017). *An applied guide to research designs: quantitative, qualitative, and mixed methods*. California: Sage.
- European Commission (2017). *The Education and Training Monitor*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission (2010). *Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Brussels, Belgium. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX%3A52010DC2020>.
- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Lei n. 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, Estabelece o regime da escolaridade obrigatória.
- Lune, H., & Berg, B. (2017). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Long Beach: Pearson.
- Magalhães, A., Araújo, H., Macedo, E. & Rocha, C. (2015). EARLY SCHOOL LEAVING IN PORTUGAL Policies and actors' interpretations. *Educação, Sociedade & Culturas*, 45, 97-119.
- Nouwen, W., Clycq, N., Braspenning, M., & Timmerman, C. (2015). *Cross-case Analyses of School - based Prevention and Intervention Measures, CeMIS, University of Antwerp*. Disponível em: <https://www.uantwerpen.be/images/uantwerpen/container23160/files/RESL%20eu%20Project%20Paper%206%20-%20Final%20version.pdf>.
- Organização das nações Unidas (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em:

<https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>.

Portaria nº 232/2016, de 29 de agosto, Procede à regulação da criação e do regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica.

Ryan, L., Lőrinc, M., D'Angelo, A., Kaye, N., Araújo, H.C., Magalhães, A., Rocha, C., & Macedo, E. (2013). Policies on Early School Leaving in nine European countries: a comparative analysis, Middlesex University. Disponível em: <https://www.uantwerpen.be/images/uantwerpen/container23160/files/RESL20Publication%201.pdf>.

União Europeia (2000). Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 364/1. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf.

Vallejo, C., & Dooly, M. (2013). Early school leavers and social disadvantage in Spain: From books to bricks and vice-versa. *European Journal of Education*, 48, 390–404. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12037>

Van Alphen, S. (2012). The benefit of educational inclusiveness for early school leavers in the European labour market. *European Journal of Education*, 47, 596–612. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12004>.

Van Caudenberg, R., Van Praag, L., Nouwen W., Clycq, N., & Timmerman, C. (2017). *A Longitudinal Study of Educational Trajectories of Youth at Risk of Early School Leaving*. CeMIS, University of Antwerp. Disponível em <https://www.uantwerpen.be/images/uantwerpen/container23160/files/RESL%20eu%20Publication%205%20FINAL%202.pdf>.